A REALIDADE DA CLASSE TRABALHADORA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19: Um estudo sobre a precarização e a superexploração da força de trabalho.

Clarissa Tenório Maranhão Raposo[1]

Gutemberg Ernesto dos Santos Junior[2]

RESUMO

O presente artigo se propõe a analisar alguns impactos provenientes da pandemia de covid-19, particularmente à classe trabalhadora, considerando as especificidades socioeconômicas de países de capitalismo dependente e periférico, como o Brasil. Para tanto, buscamos compreender o processo de dependência latino-americana em relação aos países centrais, para entendermos o papel que esta desempenha na acumulação mundial de capital, e assim, entender os mecanismos que fazem os países dependentes adotarem uma forma peculiar na sua acumulação interna de capital. Para além dessa questão, analisamos a precarização do trabalho, advinda desde meados de 1970, quando se instaura a crise estrutural do capital, e que auxilia para que a pandemia de covid-19 traga impactos ainda mais negativos para a classe trabalhadora, haja vista o aumento do desemprego, do subemprego, da informalidade, e do que alguns autores denominam de *uberização do trabalho*

Palavras-chave: Dependência; Superexploração; Precarização.

ABSTRACT

This article aims to analyze some impacts from the covid-19 pandemic, particularly on the working class, considering the socioeconomic specificities of countries with dependent and peripheral capitalism, such as Brazil. Therefore, we seek to understand the process of Latin American dependence on central countries, to understand the role it plays in world capital accumulation, and thus understand the mechanisms that make dependent countries adopt a peculiar form in their internal accumulation of capital. In addition to this issue, we analyze the precariousness of work, arising since the mid-1970s, when the structural crisis of capital sets in, and which helps the covid-19 pandemic to bring even more negative impacts to the working class, given the increase in unemployment, underemployment, informality, and what some authors call the uberization of work. **Keywords**: Dependency; Overexploitation; Precariousness.

[1] Universidade Federal de Alagoas; Professora Adjunto da FSSO; Doutora em Serviço Social/UFPE; claramraposo@gmail.com.

[2] Universidade Federal de Alagoas; Graduando; gutembergjuniiior@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Com a impossibilidade dos países dependentes e periféricos compensarem a perda do valor que é transferido para as nações de capitalismo central, no âmbito das relações de mercado, constitui-se um específico modelo de acumulação de capital e mecanismos de superexploração da força de trabalho. Esses elementos parecem apontar para algumas consequências negativas para a classe trabalhadora, que são sentidas até os dias atuais.

O interesse em estudarmos sobre a peculiaridade do capitalismo dependente e as formas de superexploração da força de trabalho, surgiu a partir do nosso plano de trabalho como bolsista vinculado ao Projeto de Iniciação Científica, intitulado: “A Questão Social Contemporânea: Exploração e Superexploração da força de trabalho”.

Nesse sentido, desenvolvemos uma pesquisa exploratória de base qualitativa que teve por objetivo apreender os elementos fundamentais que caracterizam o modo *sui generis* do capitalismo dependente latino-americano, assim como, analisar o processo de acumulação de capital existente nesses países e como este se articula à superexploração da força de trabalho e à formação do Exército Industrial de Reserva. Para alcançarmos tais objetivos, seguimos um plano de estudo baseado nas referências bibliográficas de autores clássicos da tradição marxista, e da teoria marxista da dependência, a fim de elucidar as categorias inerentes à realidade latino-americana.

Após os resultados e conclusões obtidos nessa pesquisa, nos propomos a dar continuidade ao estudo sobre a realidade da classe trabalhadora no contexto da pandemia do coronavírus, tendo em vista o tema do nosso trabalho de conclusão de curso. Intencionando compreender alguns impactos da crise do capitalismo contemporâneo agravada pela crise sanitária provocada pelo COVID-19, sobre a classe trabalhadora, tomaremos como objetos de análise a precarização e a superexploração da força de trabalho.

Em decorrência da pandemia do COVID/19 tem-se observado um significativo aumento da pobreza principalmente na classe trabalhadora, não obstante o coronavírus tem ceifado milhões de vidas ao redor do mundo. Especialmente nos países subdesenvolvidos ou ditos de terceiro mundo, o agravamento da pobreza de ampla parcela da classe trabalhadora, encontra-se associado à pandemia, mas igualmente observa-se que tal fenômeno tem se revelado também em países desenvolvidos. Ricardo Antunes (2020), em sua mais recente obra *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado* coloca que nos Estados Unidos os sem tetos estão dormindo em praças públicas e estacionamentos; há enormes filas em busca de auxílios financeiros ou de gêneros alimentícios. Se tais situações existem em países considerados desenvolvidos, imaginemos o que ocorre nos países de capitalismo dependente, onde a superexploração da força de trabalho é uma condição necessária para a acumulação de capital.

Particularmente no Brasil, constatamos situações ainda mais severas, especificamente no mundo do trabalho. No que tange a classe trabalhadora, observamos um aumento do desemprego, da informalidade e do trabalho flexível baseado nas plataformas digitais, além das dificuldades enfrentadas no acesso aos benefícios, como auxílio emergencial, seguro desemprego e cestas básicas, dentre outros. Estas situações parecem apontar para uma intensificação no processo de precarização do trabalho, fenômeno este já existente antes da pandemia, mas que durante esse momento, tem se agravado enormemente.

É importante lembrarmos que tais situações acontecem ao mesmo tempo em que se faz necessária a adoção de medidas de isolamento social para evitar a proliferação do vírus entre as pessoas. Mas e nesse caso, como as pessoas que dependem do seu trabalho para sobreviver, ficarão dentro de suas casas sem ter os meios necessários para a sua sobrevivência?

Em suma, o contexto atual de crise do capitalismo contemporâneo, quando o mundo e o Brasil atravessam a maior crise sanitária instaurada pela pandemia do COVID-19, coloca-nos a necessidade de compreender os elementos estruturais da realidade social que estão articulados aos elementos da conjuntura específica, os quais apontam para o esgotamento da fase expansiva do capital, ampliação do

desemprego, pauperização, precarização e superexploração da força de trabalho, e para o acirramento da questão social.

Obviamente, diante do atual cenário brasileiro as perspectivas não são otimistas, nem para a área da saúde, nem tampouco para a classe-que-vive-do-trabalho. Neste artigo, pretendemos analisar alguns impactos negativos trazidos pela pandemia especialmente para a classe trabalhadora, levando em consideração as particularidades socioeconômicas de um país de capitalismo dependente e periférico, como o Brasil. A estrutura do presente artigo compreende um segundo item onde apresentaremos uma análise da peculiaridade do capitalismo dependente e das formas de superexploração da força de trabalho. No terceiro item apresentaremos alguns aspectos da precarização do trabalho, em meio à crise sanitária provocada pela pandemia do coronavírus.

2 A PECULIARIDADE DO CAPITALISMO DEPENDENTE E AS FORMAS DE SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.

Se quisermos analisar e discutir sobre os impactos negativos trazidos pela pandemia do coronavírus para a classe trabalhadora no Brasil, temos primeiramente que buscar entender as especificidades socioeconômicas que existem num país de capitalismo dependente e periférico. Para tanto, iniciaremos por uma breve análise histórica acerca da integração da América Latina no sistema mundial capitalista.

É importante salientarmos que a América Latina se incorpora ao sistema capitalista a partir do seu descobrimento, ou seja, ela surge dentro da lógica do capital. Em princípio, a América Latina contribuiu para a acumulação capitalista a partir da produção e oferta de bens-primários que eram exportados para os países com um maior desenvolvimento capitalista. Assim, nos países centrais, houve uma intensificação do processo de industrialização, favorecendo uma divisão internacional do trabalho: os países centrais como especialistas na produção de produtos manufaturados e a América Latina como exportadora de itens agropecuários.

A integração monopólica da América Latina ao sistema capitalista, se deu segundo Bambirra (2013), através de duas formas de dependência ante aos países imperialistas: A primeira foi a busca pelas tecnologias necessárias para produção de produtos mais sofisticados nos países imperialistas, o que significa por sua vez, um direcionamento restrito da oferta desses produtos haja vista que o preço se mantinha igual ao valor externo e ainda era acrescido de impostos. E a segunda, afirma a autora, se encontra no pós-guerra a partir do ano de 1945, quando a América Latina abriu seu território para a instalação de indústrias estrangeiras, se transformando no principal destino de investimentos estrangeiros no âmbito da sua produção industrial.

Ao buscarem a identidade do capitalismo dependente em sua articulação com a economia mundial, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini destacaram-se por oferecer uma contribuição pioneira em relação à "visão madura da dependência[3]" (grifo nosso), no sentido de que estes autores partiram das teses de Marx, para analisar as relações de compromisso que se estabeleceram entre os países dependentes (forças internas) e os países desenvolvidos (forças externas).

A especificidade que define a condição de capitalismo dependente, para Ruy Mauro Marini se traduz, principalmente pela categoria da *superexploração da força de trabalho* e pelos mecanismos de transferência de valor. Sobre isso, afirma Marini (2000): "frente a esses mecanismos de transferência de valor, baseados seja na produtividade, seja no monopólio da produção, pode-se identificar – sempre no nível das relações internacionais de mercado – um mecanismo de compensação" (2000:p.121). Esse mecanismo de compensação é a *superexploração do trabalho*.

Porém, outro aspecto fundamental para entendermos a especificidade do capitalismo dependente, refere-se à articulação entre o processo de acumulação de capital destes e o Exército Industrial de Reserva[4].

---

[3] "A dependência, no enfoque marxista de Ruy Mauro Marini, é entendida como uma relação de subordinação própria da forma como o capital e os interesses de seus donos se internacionalizam de maneira cada vez mais integrada e intensificada. A dependência é, assim, o mecanismo central de subordinação do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capitalismo na esfera internacional". (TRASPADINI e STEDILLE,2011, p.32)

[4] Termo desenvolvido por Marx (1985), para denominar a parcela de trabalhadores desempregados, e que é inerente ao modo de desenvolvimento capitalista, ou em outras palavras, faz parte da Lei Geral de Acumulação Capitalista.

Para isso, faz-se necessário observarmos a impossibilidade de os países dependentes buscarem a compensação da perda do valor que é transferido para os países centrais, no nível das relações de mercado.

Nesse sentido, Amaral e Carcanholo (2009), corroboram com este entendimento, quando dizem que "a explicação para este fato passa fundamentalmente pela análise da concorrência intrassetorial (dentro de um mesmo setor produtivo) e a da concorrência intersetorial (entre setores distintos da produção) e se articula à queda da taxa de lucro" (AMARAL; CARCANHOLO, 2009).

Tratando sobre a concorrência intrassetorial, podemos observar que o aumento da produtividade em um determinado setor, gera a produção de mercadorias em um menor tempo, o que significa dizer – apropriando-se da teoria social de Marx – que a mercadoria possui um valor menor que o seu valor médio, quando considerado os outros setores de produção. Quando avançamos para o nível da realização da mercadoria, vemos que tal mercadoria é vendida pelo seu valor médio, o que consequentemente, gera um lucro extraordinário para o setor que fabrica suas mercadorias abaixo do tempo médio de produção. No entanto, conhecendo como se comporta a concorrência entre os diferentes capitalistas e o desejo comum entre eles de obterem um lucro cada vez maior, surge a tendência de que os outros setores também invistam nas suas forças produtivas com o intuito de conseguirem diminuir o tempo de produção de suas mercadorias – consequentemente o valor destas – e implica uma maior oferta de produtos, o que torna necessário vendê-las abaixo do seu valor. Sendo assim, em um certo momento, evidencia-se a tendência da queda da taxa de lucro.

Transferindo esse pensamento para o âmbito das relações econômicas entre os países dependentes e os países centrais, podemos dizer que os países centrais possuem uma maior produtividade – baseada no aumento da composição orgânica do capital[5], e por isso, conseguem diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário para a fabricação de uma determinada mercadoria. Ao contrário, os países dependentes possuem um menor grau de produtividade, o que

[5] Significa dizer que houve um aumento da proporção do capital constante em detrimento do capital variável

consequentemente os levam a ter um maior tempo de trabalho socialmente necessário para a fabricação de uma determinada mercadoria.

É interessante analisar a contradição que nesse processo se instaura. Recuperando mais uma vez a teoria social de Marx, sabemos que somente a força de trabalho é capaz de gerar mais valor. Logo, verifica-se uma maior geração de valor nos países dependentes, mas que no momento de realização da mercadoria, parte desse valor é apropriado pelos países centrais, justamente por venderem suas mercadorias abaixo do valor médio.

Em relação à concorrência intersetorial, a diferenciação da taxa de lucro existente nos diferentes setores produtivos, faz com que as empresas que possuem uma maior produtividade se transfiram para os setores que possuem uma maior taxa de lucro, fazendo assim, que a sua própria taxa de lucro aumente em detrimento da queda da taxa de lucro das empresas originalmente pertencentes ao determinado setor. Esse processo instaura um ciclo vicioso, que nas palavras de Amaral e Carcanholo

> faz com que os capitais menos produtivos, agora com l' mais baixa, transfiram-se para ramos mais produtivos, que conquistaram uma elevação em sua taxa de lucro. E esta oscilação segue continuamente até que os setores que competem entre si tenham sua l' igualada, cessando o estímulo que faz com que um capitalista vá de um setor para o outro (AMARAL; CARCANHOLO, p. 220, 2009).

Sendo assim, no momento da realização da mercadoria à exemplo do que acontece na concorrência intrassetorial, os capitais mais produtivos acabam se apropriando de um valor que é produzido pelos capitais com menor taxa de produtividade. Transferindo esse raciocínio para a análise de diferentes países, segundo os autores, é possível afirmar que

> as economias dependentes acabam se especializando na produção de mercadorias com menor avanço tecnológico (dependência tecnológica) e, portanto, estão sujeitas, dada a lei tendencial de igualação das taxas de lucro, a esse tipo de transferência de valor em direção aos países centrais (AMARAL; CARCANHOLO, p. 220, 2009).

Portanto, podemos dizer que os países centrais possuem as ferramentas tecnológicas que propiciam o aumento da sua produtividade. Diferentemente, os países periféricos impossibilitados de aumentar sua produtividade pelos motivos aqui já falados, são obrigados a recorrerem à superexploração da força de trabalho.

Quanto às modalidades que compõem a superexploração da força de trabalho, segundo Marini (2000), no plano do intercâmbio desigual entre os países centrais e periféricos, operam-se alguns mecanismos de transferência de valor. Diante do que foi exposto até agora, podemos observar uma diferenciação nos níveis das forças produtivas entre os diferentes países, haja vista os níveis de desenvolvimento desigual e combinado, existentes na totalidade do sistema mundial capitalista.

Dentro do processo mundial de acumulação capitalista, esses diferentes níveis de desenvolvimento inerentes aos distintos blocos de países, acabam se tornando um fator preponderante para uma maior acumulação de capital por parte dos países centrais, porque é exatamente esses níveis desiguais e combinados que geram uma possibilidade destes países burlarem a lei do valor.

Nesse sentido, o formulador da Teoria Marxista da Dependência, Ruy Mauro Marini, nos fala que

> O mero fato de que umas produzem bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade (apud TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 145).

Portanto, podemos dizer que os países centrais conseguem iludir a lei do valor por conta do seu maior desenvolvimento capitalista e assim, acumular mais capital através da transferência de valor efetuada pelos países dependentes, já que estes se encontram em uma condição que nada podem fazer, dada as determinações históricas e socioeconômicas já estabelecidas.

Diante disso, o que resta para os países dependentes é procurarem formas para amenizar essa perda de capital em relação aos países centrais, o que nos leva diretamente à sua peculiaridade: a superexploração da força de trabalho.

Nas economias dependentes e periféricas, o modo de acumulação de capital é baseado na superexploração da força de trabalho, que é tida como um mecanismo compensatório da perda de capital que é transferida para os países centrais. A superexploração "pretende dar conta de uma modalidade de acumulação em que, de maneira estrutural e recorrente, viola-se o valor da força de trabalho" (OSÓRIO, 2009, p. 171)

Mathias Luce (2018), assevera que a superexploração da força de trabalho se manifesta em quatro diferentes formas: uma das formas em que a superexploração se manifesta é através do pagamento abaixo do valor da força de trabalho. Como sabemos, o valor da força de trabalho é definido pelos artigos de primeira necessidade para a sua subsistência e para sua reprodução. Logo, quando o salário é insuficiente para a obtenção dos artigos essenciais para o desenvolvimento da força de trabalho, e promove a absorção dos anos de vida útil e da vida total do trabalhador, "definitivamente estamos diante de processos de exploração redobrada, na medida em que se viola a lei do valor" (OSÓRIO, 2009, P. 51).

Uma outra manifestação da superexploração da força de trabalho é por meio do prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais. Em relação aos países de capitalismo dependente, diferentemente do que acontece nos países de capitalismo central, se verifica um processo sistemático de horas extras, que embora se agregue um valor adicional ao salário, continua se apropriando dos anos de vida útil e de vida total do trabalhador, e acaba se configurando como um mecanismo contínuo de promoção de jornadas de trabalho superiores à jornada normal de trabalho, o que promove por sua vez, o incremento da obtenção de mais-valia absoluta.

Há ainda o aumento da intensidade do trabalho acima dos limites normais. O aumento da intensidade do trabalho costuma acontecer com o desenvolvimento das forças produtivas, no entanto, é importante salientar que o aumento da intensidade

do trabalho também pode acontecer sem que necessariamente se tenha um desenvolvimento das forças produtivas. Nesse caso, a superexploração da força de trabalho acontece quando se adquire mais trabalho através da elevação do desgaste físico no mesmo tempo de produção de um determinado produto, acima das condições normais.

Uma última manifestação da superexploração da força de trabalho é o hiato entre o elemento histórico moral do valor da força de trabalho e a remuneração recebida. É importante lembrarmos que as necessidades básicas da classe trabalhadora variam de acordo com o desenvolvimento da sociedade, de modo que surgem novas necessidades básicas em relação ao passado. A questão é que os trabalhadores só conseguem acesso a esses bens através de um maior desgaste da sua força de trabalho ou se endividando. Em outros termos, podemos dizer que há um incremento nos artigos necessários para sobrevivência sem que se aumente o valor do salário.

Em poucas palavras, com base em distintos níveis de abstração e sem prescindir de Marx, a teoria marxista da dependência trata de entender a especificidade do capitalismo dependente. Por consequência, essa especificidade se explica através do mecanismo de transferência de valor, o qual nos ajuda a entender o condicionante estrutural da dependência[6], considerando a forma de inserção dos países dependentes no sistema mundial capitalista.

3 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA ERA INFORMACIONAL-DIGITAL E OS IMPACTOS PARA A CLASSE TRABALHADORA

[6] Sob esta óptica, a superexploração "é a característica estrutural que demarca a condição dependente de um país" (AMARAL & CARCANHOLO, 2012: p. 101). Ela ocorre em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre as economias periférica e central, justamente porque parte do excedente gerado nesses países é levada para o centro.

Tendo analisado o processo histórico de integração da América Latina no sistema mundial capitalista e a especificidade do capitalismo dependente e periférico, podemos agora discutir sobre a difícil situação da classe trabalhadora brasileira no enfrentamento da pandemia do coronavírus.

No que toca as profundas metamorfoses no mundo do trabalho, corroborando Antunes (2006), o quadro atual de precarização do trabalho expressa um processo de institucionalização da instabilidade do emprego, com a ampliação dos níveis de informalidade e ao mesmo tempo, uma intensificação dos mecanismos de exploração da força de trabalho.

Por consequência, no atual estágio do capitalismo brasileiro, observa-se que situações de emprego consideradas atípicas passaram a ser típicas. Esta precariedade das relações de trabalho, revela alguns traços singulares e particulares do processo de reestruturação produtiva do capital, que, conforme Antunes (2006), estão associados **às formas multifacetadas e heterogêneas da organização do trabalho**, num contexto marcado pela mundialização, transnacionalização e financeirização dos capitais.

Na opinião do referido autor, por consequência da hegemonia do capital financeiro, consolida-se uma nova fase no mundo produtivo, denominada por Antunes (2018) como fase *informacional-digital*, na qual os celulares, tablets e smartphones representam a expansão das novas tecnologias a serviço do capital e uma explosão da indústria de serviços. Esse processo, segundo o referido autor, vem repercutindo em transformações no mundo do trabalho e em *novas formas de realização da lei do valor*, através das distintas modalidades de trabalho digital, as quais se constituem em novas formas disfarçadas de exploração e de extração da mais-valia.

Conforme Antunes (2018), estamos vivendo *uma nova fase de subsunção real do trabalho ao capital* e de expansão dos serviços privatizados e mercadorizados, onde o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) configura-se como elemento central de uma nova empresa flexível e digital. Com efeito, na era das inovações tecnológicas, tem-se uma forte tendência de

ampliação da população sobrante e desempregada, combinada com um quadro acentuado de precarização, informalidade e subemprego.

Assim, alinhada com essa nova era informacional-digital, tem-se, o que se denomina de *escravidão digital* que, conforme o referido autor, expressa uma clara tendência de "intensificação dos níveis de precarização e informalidade". (ANTUNES, 2018, p. 31)

De acordo com os dados preliminares da OIT, apresentados por Antunes (2020), com a crise pandêmica no segundo trimestre de 2020, já se considerava um aumento significativo do índice de desemprego com a "perda de 195 milhões de empregos em tempo integral, sendo que 1.6 bilhão de pessoas que viviam na informalidade, já estavam sofrendo com a destruição de suas próprias condições de sobrevivência ultraprecárias".

Em suma, constata-se que na atualidade, a ampliação do trabalho informal, flexível, intermitente, uberizado e terceirizado se dá por meio do processo de expansão dos serviços privatizados e mercadorizados e das tecnologias de comunicação e informação, a qual se expressa num incremento da superexploração da força de trabalho através dos mecanismos de prolongamento da jornada de trabalho, do aumento da produtividade combinada com a intensidade do trabalho, garantindo, assim, a extensão do trabalho excedente sobre o necessário.

Ao tomar como referência a relação imbricada entre *sistema de metabolismo antissocial do capital, crise estrutural e explosão do coronavírus*, Antunes (2020) coloca que estamos vivendo no Brasil uma dura e trágica realidade, onde uma massa de trabalhadores e trabalhadoras vivenciam um quadro de miséria e fome profunda, sendo que milhares desses trabalhadores estão sendo dizimados e enterrados em cemitérios, vítimas das complicações da COVID-19, devido à falta de condições de habitação e de assistência médico-hospitalar. No contexto atual evidencia-se, portanto, a predominância do *capital pandêmico*, onde a classe-que-vive-do-trabalho, luta diariamente pela sua sobrevivência, evidenciando-se assim o seu caráter discriminatório em relação a classe social, gênero e raça.

Ainda no que tange os impactos da pandemia sobre a classe trabalhadora a análise de Antunes (2020), nos revela uma ampliação do fenômeno da *uberização*

do trabalho, devido a expansão do universo informacional e das tecnologias de comunicação através das plataformas digitais. De acordo com o autor, nesta fase atual do *capital pandêmico* estamos vivenciando uma era *informacional-digital,* caracterizada por uma tendência acentuada de redução do trabalho vivo e uma ampliação do trabalho morto "resultado do domínio 'inquestionável' das corporações globais financeirizadas".

Na esteira dessas reflexões, observa-se que a classe trabalhadora, especialmente no Brasil, nos termos de Antunes (2020) vive *sob o fogo cruzado*, entre a necessidade de trabalhar para sobreviver e as medidas de isolamento social, para evitar o risco de contaminação pelo coronavírus.

Acrescenta-se ainda que as tendências atuais da conjuntura brasileira reveladas pela recessão econômica, programática neoliberal, formas intensas de precarização, de exploração, de subemprego e desemprego colocam uma dura e concreta realidade para a classe trabalhadora no Brasil, ampliando o quadro de miserabilidade e de desproteção dos direitos sociais e das garantias trabalhistas.

4 CONCLUSÃO

Fundamentado na Teoria Marxista da Dependência e na análise histórica do processo de integração monopólica da América Latina ao processo mundial de acumulação de capital, bem como na apreensão dos aspectos socioeconômicos dos países dependentes em relação aos países centrais, depreende-se que, dentro do processo mundial de acumulação de capital, configura-se um desenvolvimento desigual e combinado a partir da relação que existe entre os países centrais e países periféricos. Assim, a partir da transferência de valor, os países dependentes acabam fundamentando seu processo interno de acumulação de capital na superexploração da força de trabalho.

Com a superexploração da força de trabalho, os capitalistas passam a obter meios para a compensação da transferência do valor e encontra no exército industrial de reserva um instrumento de intensificação das modalidades da superexploração para a classe trabalhadora, haja vista a imensa concorrência

imposta entre os trabalhadores, e a consequente pressão que causa na parcela trabalhadora que se encontra empregada, impondo-a que se submeta à condições de trabalho cada vez piores, ou seja, submetendo-se à trabalhos com pagamento abaixo do valor da força de trabalho e com extensas e intensas jornadas além dos limites normais, o que consequentemente, acaba provocando condições de vida cada vez piores.

Assim, com a adoção da superexploração no processo interno de acumulação de capital no país dependente, e sua ligação direta com o exército industrial de reserva, podemos observar como marca predominante da realidade brasileira contemporânea, um quadro de precarização e superexploração do trabalho que se expressa através da ampliação da informalidade, do trabalho intermitente, terceirizado e uberizado.

Para além da informalidade "tradicional" constituída de trabalhadores camelôs, dentre outros, no contexto atual de precarização estrutural do trabalho, constatamos a expansão do fenômeno denominado de "uberização do trabalho". Tal fenômeno consiste em sua grande maioria, de trabalhadores que não possuem vínculos empregatícios com nenhuma instituição – embora trabalhadores formais também se submetam à esse tipo de serviço – e que por conta disso, acabam criando a ilusão de que trabalham para si próprios e que eles próprios determinam suas jornadas de trabalho. Esse fenômeno pode ser representado pelos motoristas e entregadores de aplicativos. Entretanto, ao observamos a realidade desses trabalhadores, vemos que suas jornadas de trabalho se prolongam por um maior tempo, e consequentemente, acabam usando ainda mais sua força de trabalho. Além dessa questão, também é importante destacar a falta do suporte de leis trabalhistas encontradas nos trabalhos formais – embora estes sejam alvos de ofensivas contra as garantias trabalhistas determinadas na Constituição.

Não é por acaso que a ampla parcela da população trabalhadora é submetida ao processo de pauperização absoluta à exacerbação da precarização, exploração e degradação de sua força de trabalho. O trabalho informal, o trabalho intermitente, o trabalho por conta própria de baixa qualificação constituem diversas modalidades de

contratos flexíveis[7], os quais repercutem na redução dos salários, no agravamento do quadro das **desigualdades** sociais e nos altos índices de adoecimento, depressões e suicídios, principalmente na classe trabalhadora dos países periféricos.

Corroborando Antunes (2020) podemos evidenciar que a classe trabalhadora brasileira se encontra no *fogo cruzado* entre a busca da sobrevivência e o risco de morte pelas complicações decorrentes da COVID-19. Nesse sentido, os trabalhadores brasileiros no contexto da crise sanitária provocada pelo Coronavírus, são obrigados a escolherem entre ficar em casa pra evitar o contágio pelo vírus ou sair de casa para trabalhar e assim, não morrerem de fome.

Portanto, podemos afirmar que a situação da classe trabalhadora é ainda pior nesse momento de pandemia, o que nos obriga a refletir sobre essa difícil realidade e defender estratratégias e formas para empreender uma luta anti-capitalista, anti-classista e anti-racista, em busca da superação do modo de produção capitalista.

Diante do que foi exposto, podemos dizer que no contexto atual de crise sanitária mundial por conta da pandemia de covid-19, a classe trabalhadora dos países dependentes e periféricos encontra dificuldades ainda mais intensas no que tange a precarização e superexploração da força de trabalho.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 216-225, 2009.

BAMBIRRA, Vânia. O capitalismo dependente latino-americano. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

ANTUNES,R. (Org.) *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo. Boitempo,2006.

_____. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*.1ª ed. São Paulo. Boitempo, 2018.

_____. Coronavírus [recurso eletrônico] : o trabalho sob fogo cruzado - 1. Ed. - São Paulo : Boitempo, 2020.

[7] Conforme Antunes, as situações instáveis, precárias, o flagelo do desemprego, assim como a redução dos direitos sociais e a erosão das conquistas históricas dos trabalhadores se refletem como consequências de uma "lógica destrutiva do capital", em pleno século XXI. Sobre isso ver, A Explosão do novo proletariado de serviços In: *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. Boitempo,2018. p.25-64

LUCE, Mathias Seibel. Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias – uma visão histórica. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). Ruy Mauro Marini: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.